

34.

[OT 3] Interação e Indisciplina na Escola

Dia 24, 9h30 | Sala C607

Violência e agressividade: Questionamentos teóricos e empíricos⁴⁶

João Sebastião, Joana Campos, Tiago Caeiro & Mariana Gaia Alves

Observatório da Violência em Meio Escolar, Ministério da Educação

Resumo

Procura-se nesta comunicação reflectir sobre alguns dos bloqueios que os autores vêm identificando no debate sobre a problemática da violência na escola, nomeadamente os resultantes da contaminação entre os discursos sobre a escola e as diversas formas de violência social. Frequentemente apresentada como a evidência mais objectiva da degradação dos objectivos e princípios da escola pública, a utilização indeterminada da noção violência na escola dificulta a sua compreensão já que esta recobre realidades ontologicamente diferenciadas. Partindo da distinção teórica entre violência e agressividade procuraremos ilustrar empiricamente essas mesmas diferenças, de modo a contribuir para a construção de uma quadro sociológico de análise dos fenómenos de violência na escola.

Não raramente no discurso público sobre a violência, esta é confundida com situações de indisciplina persistente, que encontram eco no discurso de algumas associações profissionais, associada a uma ideia de perda de autoridade na figura do professor.

⁴⁶ O presente texto foi apresentado na forma de comunicação, devendo, portanto, ser incluído no volume I. No entanto, visto que foi recebido já numa fase tardia da edição e paginação, considerou-se importante preservar a numeração que havia já sido divulgada publicamente, pelo que o texto teve que ser acrescentado no final da colectânea.

Sarmiento (2008) afirma que as representações sociais sobre as crianças tendem a situar a infância portuguesa na relação entre dois pólos: a crise e a esperança. Mas a ideia de crise aparece também associada às crianças como agentes de violência ou de ruptura social. Neste domínio, as situações de comportamentos desviantes de crianças, de indisciplina e violência nas escolas, de bullying, ou, mais difusamente os comportamentos anti-sociais das crianças, tidas, por exemplo, como consumidoras compulsivas e “birrentas”, incapazes de uma cultura do esforço, da disciplina e da aprendizagem, configuram o lado mais expressivo da crise de uma (ideia de) infância “naturalmente boa”, herdada das concepções rousseauianas do “bom selvagem”.

O próprio olhar do campo mediático concentra-se hoje sobre a infância (normal, legítima, desejável) mas também sobre as “outras infâncias”(marginais, vitimizadas, diabolizadas, socialmente longíquas). (Vieira e Almeida, 2006) A sua natureza enquanto fenómeno mediático impõe um ritmo de decisões políticas, particularmente nos ministérios de Educação, obrigando-os a reagir, a propor planos de intervenção, restaurar a autoridade do Estado, procurando erradicar a violência⁴⁷. No quadro do debate público sobre a educação, este tema surge recorrentemente como associado a um agravamento da indisciplina, como exemplo da falência do modelo republicano de escola pública.

Charlot afirma que a violência escolar mais do que provocar alarme social, vem suscitar inquietações e colocar em causa algumas das representações sociais mais comuns sobre: a escola (enquanto porto de abrigo das crianças), a infância (associada a uma noção de inocência) e o próprio regime democrático (supostamente pacífico em sistemas político-administrativos consolidados).

A questão da categorização dos fenómenos da violência na escola divide sociólogos e diferentes tipos de investigadores da área da educação. Mantém-se hoje a necessidade de estabelecer linhas de diferenciação entre os diferentes conceitos e noções utilizados neste campo, procurando articular do ponto de vista teórico e empírico a análise das diversas dimensões do fenómeno e a relevância de cada conceito para a sua explicação.

De que falamos, quando falamos da violência na escola em Portugal?⁴⁸

O fenómeno de violência escolar assume contornos muito específicos nos países da União Europeia, sendo difícil estabelecer comparações a este nível, uma vez que existem diferentes formas de contabilização e recolha de dados nos diversos países. Em Inglaterra são compilados dados em extensivos inquéritos de vitimação. França já adoptou diferentes sistemas, sendo que, presentemente são realizados questionários trimestrais aos directores das escolas, permitindo monitorizar a evolução do fenómeno.

Desta forma, consideramos pertinente colocar a questão, de que falamos, quando falamos de violência na escola em Portugal? Esta caracterização tem por base alguns dados já publicados, que corresponderam a uma análise feita da informação proveniente do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação preenchidas pelas respectivas escolas e enviadas para esta unidade. Em cada agrupamento de escolas está nomeado um delegado de segurança (normalmente um membro do Conselho Executivo) responsável por reportar as ocorrências num Formulário Electrónico do Ministério da Educação sobre a segurança nas escolas.

Na análise da informação recolhida teve-se em conta que o alcance e fiabilidade dos instrumentos em uso têm algumas limitações resultantes das categorias utilizadas no mesmo formulário⁴⁹. Os actos que

⁴⁷ É nesta medida que surgem programas como o Escola Segura, em articulação entre Ministério de Administração Interna e Ministério da Educação, e até certo ponto, os próprios programa TEIP

⁴⁸ Dados do relatório do Observatório de Segurança nas Escolas.

são reportados revelam a parte mais visível da violência em meio escolar, que correspondem aos actos penalmente qualificados e aos actos que os adultos da comunidade escolar tiveram conhecimento e que consideraram dever relatar. Estas decorrem da interpretação dos Concelhos Executivos assim como dos restantes intervenientes, seja eles delegados de segurança, professores, outros funcionários e alunos. (Sebastião e outros).

- *A informação estatística sobre situações de crime e desvio encerra em si mesmo algumas especificidades que importa referir sucintamente. As estatísticas não deixam de ser um importante instrumento, desde que não sejam lidas acriticamente. No que diz respeito às queixas apresentadas às autoridades policiais, ficamos sem saber a criminalidade que fica ocultada do registo oficial, por vários motivos: a retração da vítima em crimes susceptíveis de criar estigma social (...) ou quando as vítimas entendem que o conhecimento público do crime é mais gravoso do que a eventual punição do agressor (por exemplo, no caso da extorsão, os alunos tendem a não comunicar nada aos adultos da escola, como os funcionários, seguranças ou mesmo os professores, com medo de represálias dos alunos mais velhos). Nos casos de pequenos crimes patrimoniais, em que as vítimas acham que não vale a pena participá-los, por ser reduzido o prejuízo material ou por não acreditarem na eficácia da actuação em autoridades⁵⁰ (Machado, 2008).*
- *Apesar de persistirem contradições entre os inquéritos de vitimação e as estatísticas oficiais, contudo vários autores referem que as situações mais graves são sempre referidas. (Machado, 2008)*

Os registos das ocorrências comunicadas ao Ministério da Educação apresentam também outra tendência: uma parte significativa dos registos é relativo a situações que envolvem adultos (funcionários, professores, guardas, etc.) que estiverem de alguma forma envolvidos nas situações ou presenciaram a ocorrência. Algumas escolas concentram os seus relatos nos incidentes entre adultos e alunos, em tempos lectivos ou que envolvam a danificação do espaço físico. Desta forma ficam por registar as situações que ocorrem diariamente envolvendo os protagonistas (agressores e as vítimas) mais comuns: os alunos. Muitas escolas tendem a reportar menos os incidentes entre-pares envolvendo situações nos recreios, quando os dados globais dos relatórios⁵¹ e alguns estudos realizados⁵² referem que a maior parte dos incidentes ocorrem entre alunos fora do contexto de sala de aula.

Com base nos relatórios desenvolvidos pelo Observatório de Segurança Escolar e por alguns trabalhos carácter exploratório, podemos esboçar, ainda que com alguma prudência, alguns dos aspectos centrais que caracterizam a violência escolar reportada em Portugal.

A análise da distribuição por região educativa permite constatar que mais de metade dos registos de ocorrências se verificam na Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, à semelhança do ano lectivo anterior, seguindo-se a região Norte. Os dados obtidos apontam para o carácter eminentemente urbano da violência escolar, com registos mais acentuados nas duas grandes áreas metropolitanas (ver quadro I).

Numa análise mais detalhada que considera o índice de ocorrências por 1000 alunos continua a destacar-se a região de Lisboa e Vale do Tejo como aquela em que o fenómeno atinge proporções mais significativas, deixando perceber, contudo, que embora os valores totais de ocorrências não sejam muito elevados no Alentejo e no Algarve em termos absolutos correspondem a valores bastantes expressivos do fenómeno quando se observa o valor do índice por 1000 alunos.

⁴⁹ Não existem até hoje inquéritos nacionais de vitimação, nem dados sobre todas as regiões (nomeadamente as regiões autónomas dos Açores e da Madeira). Outro levantamento que está por fazer refere-se ao ensino privado.

⁵¹ Relatório de análise de Dados do Observatório da Segurança nas Escolas, ano lectivo 2006/2007.

⁵² Ver síntese em Sebastião e outros 2004.

A análise do número de ocorrências por concelho uma concentração de registos nos concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, nomeadamente nos concelhos de Sintra, Amadora, Loures e Odivelas.

Aparentemente estamos perante um fenómeno que se estende a muitas escolas, contudo, com carácter e intensidade muito diferente, facto que justifica claramente a adopção de políticas diferenciadas de combate ao fenómeno violência/insegurança. Os números revelados apontam índices de ocorrências violentas relativamente reduzidas. De acordo com relatórios do Observatório da Segurança Escolar, num universo total de 12.593 escolas, aproximadamente 90 por cento (11.762) não relataram qualquer incidente nos dois últimos anos lectivos. Os estabelecimentos de ensino que reportaram casos de violência correspondem a 9,6 por cento do universo, sendo que, destes, a maioria (5,3 por cento) não ultrapassou as cinco ocorrências. Estas ocorrências reportam-se sobretudo a situações de agressões entre alunos (mais comuns), funcionários e professores e pequenos delitos (ver quadro II). Nesse sentido os recenseamentos oficiais dos factos de violência escolar em Portugal não diferem de situações verificadas em França, onde menos de um estabelecimento em cada vinte relatou incidentes, ou seja, registam menos de um incidente por mil alunos (Blaya, 2006, pp. 41).

Os estabelecimentos de ensino que reportam mais situações de violência são as escolas do Ensino Básico de 2º e 3º ciclo, seguidas das Escolas Secundárias com 3º ciclo associado. As situações reportadas no 1º ciclo ocorrem em menor número, sendo importante não desvalorizar as situações reportadas, sobretudo em alguns contextos urbanos.⁵³

Tipos de acções reportadas

São sobretudo actos contra as pessoas que concentram o maior número de situações de conflitualidade no meio escolar participada. No que se refere ao tipo de acções registadas nos dois últimos anos lectivos verificamos que os actos contra a liberdade e integridade física das pessoas constituem cerca de 40% das ocorrências registadas. Seguem-se os Actos contra os bens e equipamentos escolares com 23,5% do total dos registos das ocorrências (ver quadro III).

Os elementos mais vulneráveis a situações de violência escolar de maior gravidade nas escolas portuguesas são os alunos, quer pela frequência das ocorrências, quer pelo nível de gravidade das mesmas. Do ponto de vista das Acções contra Pessoas podemos igualmente aperceber-nos da existência de diferentes padrões de ocorrências. Enquanto os alunos são principalmente vítimas de actos físicos como agressões, tentativas de agressão e roubos, as ocorrências com adultos centram-se essencialmente em incivildades, nomeadamente sob a forma de Difamação/Calúnia e Injúria/ Insulto.

A maioria das acções violentas é perpetrada por rapazes e os sucessivos relatórios apontam para uma clara sobrerrepresentação dos rapazes na maior parte das ocorrências registadas. São protagonistas nas situações de pequena violência quotidiana entre alunos (pequenos roubos, agressões ou ameaças) são sobretudo rapazes, sendo ainda mais evidente nas situações que de maior violência física (agressões entre pares mais violentas e agressões a adultos).

Nas situações de ameaças e as ofensas/injúrias registadas, as escolas de uma forma geral tendem a comunicar mais as acções perpetuadas ou em contexto de sala de aula ou dirigidas a funcionários (guardas, auxiliares e sobretudo professores), não atribuindo muita importância a determinado tipo de situações entre as crianças e os jovens, como as ocorrências de ofensas ou injúrias entre alunos. No entanto, quando analisamos as situações extremadas de conflitos e agressões, percebemos que em alguns casos, as ocorrências muito graves são precedidas por pequenas transgressões e comportamentos

⁵³ Importa referir que em alguns casos as escolas do 1º ciclo apresentam algumas vulnerabilidades acrescidas face aos estabelecimentos de ensino secundário e 2º e 3º ciclo, como a dimensão da escola ou o facto de estarem menos apetrechadas de recursos humanos e materiais. São também estruturas organizativas mais frágeis, dotadas de menos recursos e de menor autonomia, revelam-se incapazes em desenvolver estratégias eficazes para lidar com os problemas disciplinares

disruptivos em que não houve intervenção, como pequenas violências quotidianas, tendo as escolas apenas tomado atenção aquando da súbita irrupção de situações mais graves.

Algumas das situações mais graves envolvendo agressões a professores no espaço escolar, das quais resultaram inclusivamente situações de tratamento hospitalar, estão associadas a intrusões de encarregados de educação nos estabelecimentos escolares. Registaram-se diversas situações, maioritariamente em escolas do 1º ciclo, em que alguns encarregados de educação agrediram com gravidade alunos, professores, funcionários e mesmo outros encarregados de educação. Os familiares dos alunos constituem mesmo o segundo grupo de autores com mais ocorrências contra a integridade física das pessoas.

As situações reportadas de maior gravidade para as vítimas ocorrem sobretudo no exterior da sala de aula, nos espaços exteriores como os recreios, nos campos de jogos ou nas entradas e saídas da escola. São os espaços onde se concentram um maior número de alunos, onde se verifica uma menor supervisão directa dos adultos responsáveis, como os professores ou os auxiliares de acção educativa.

A forma como estão organizadas os diferentes momentos do quotidiano escolar pode propiciar situações de conflito e tensão no espaço escolar, nomeadamente na organização de aspectos como: a disposição dos alunos nos refeitórios, as entradas e saídas da escola, a circulação nos corredores ou nas salas de aula.

Relativamente à forma como as ocorrências se distribuem ao longo do ano lectivo podemos constatar que é no início do ano lectivo que se produzem mais situações de violência e conflituosidade, registando-se uma diminuição progressiva do número de ocorrências até ao 3º período.

As agressões a adultos é um dos tipos de ocorrência considerado mais significativo, seja no clima de escola e nas vítimas (a nível físico e psicológico), seja ainda pelo que significa simbolicamente. São situações com uma maior visibilidade na comunidade escolar, constituindo uma das formas mais graves da contestação das regras e hierarquia interna da escola, assumindo uma dimensão de agressão estatutária. (Sebastião e outros)

Os adultos na escola constituem simultaneamente a figura de responsabilidade pedagógica e autoridade na implementação das regras estando encarregados de zelar pela segurança e protecção dos alunos. Ao serem expostos a uma situação de agressão, perpetuada por um aluno ou por um adulto (num contexto de sala de aula ou dentro das instalações da escola) os demais elementos da comunidade escolar sentem de uma forma mais marcada que as regras da escola são passíveis de ser transgredidas e que está posta em causa a sua segurança. As agressões a adultos (onde se incluem os insultos e ofensas pessoais) num contexto escolar, pela gravidade dos actos em si mesmo e pelo efeito de destabilização, constituem infracções geradoras de sentimentos de insegurança e perturbação do ambiente escolar.

Apesar de causarem um grande impacto na comunidade escolar, as situações reportadas envolvendo a utilização de armas no espaço escolar não apresentam números muito expressivos. A maior parte das situações detectadas são armas que alunos trazem para a escola mas não as utilizam, sendo entregues aos responsáveis da escola, assim que sinalizadas. As situações que se registaram com uso efectivo de armas referem-se sobretudo a situações de ameaças envolvendo alunos associadas a pequenas contendas ou situações de extorsão de dinheiro e de bens. As armas mais comuns encontradas nos alunos são armas brancas, existindo poucos registos por ano de utilização destas em agressões com outros indivíduos.

Nas acções contra bens pessoais, como as situações de furto ou de roubo verifica-se que os tipos de bens mais atingidos são os telemóveis, com 40% dos registos, seguido do dinheiro. A maior parte das ocorrências contra bens pessoais estão associadas a furtos, não existindo extorsão ou coacção física directa sobre os lesados. Ocorrem sobretudo em espaços comuns como os balneários, ou a situações em que os alunos deixam os seus pertences sem vigilância e deparam posteriormente com a ausência dos mesmos (caso relativamente comum dos telemóveis).

Conclusões

Os estudos internacionais realizados na Europa e a pouca literatura portuguesa sobre o assunto convergem de uma forma geral no mesmo tipo de conclusões. A grande maioria dos alunos dos apresenta um comportamento satisfatório ou melhor e maior parte das escolas conseguem criar de forma eficaz e bem sucedida ambientes seguros, bem cuidados e propícios às aprendizagens.

As formas mais comuns de comportamentos disruptivos estão associadas a formas de destabilização e de indisciplina persistente, geradora de perturbações e dificuldades no trabalho escolar, causadora de grande desgaste nos professores. As situações de violência física são muito raras e protagonizadas por um grupo restrito de alunos. Mais do que condutas delinquentes ou perigosas, manifesta-se em situações de agitação constante, que constituem manifestações de resistência e indiferença à escola por parte dos alunos. Do ponto de vista relacional tendem a parasitar as relações pedagógicas. Este tipo de comportamentos é ainda pior suportado pelos professores quando se verifica uma distância cultural maior entre estes e seus os alunos.

Nem todas as formas de violência que são praticadas na escola são necessariamente originadas nos espaços escolares. Estas são também um prolongamento de condutas agressivas exteriores dentro dos muros da escola. Os ajustes de contas de situações ocorridas no bairro, ou furtos de viaturas de professores etc, associadas mais ao contexto exterior onde está localizada a escola.

Outro factor importante a analisar prende-se com um elevado sentimento de frustração escolar, por parte de alguns alunos, que são retidos consecutivamente sem realizar aprendizagens com sucesso, alguns tendo uma frequência escolar intermitente, estando incluídos em turmas com assinaláveis diferenças de idades entre os seus colegas. Bernard Charlot refere que esta inadaptação deve-se em parte aos programas que operam numa lógica de acumulação dos conteúdos disciplinares, em que é suposto valorizar a disciplina ensinada e que, pelo seu peso, incitam os professores a “prosseguir” mesmo que alguns alunos na turma não tenham compreendido determinados conteúdos. Desta forma, algumas crianças e jovens na turma são consecutivamente colocados à margem, alheados dos processos de ensino aprendizagem, resultando na desmobilização dos alunos, na criação de formas de tensão quotidiana que colocam barreiras na comunicação e no trabalho em sala de aula, e que por vezes, assumem a forma de violência aberta. A incapacidade de superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos numa fase tão precoce cria acentuados desajustamentos, tendo como consequência retenções consecutivas, criando turmas de alunos com diferenças de idades entre si significativas.

É importante afirmar claramente a ineficácia das aprendizagens têm consequências palpáveis no ambiente escolar e que a violência escolar fabrica-se também dentro da vida quotidiana de certas turmas.

Anexos

Quadro I. Ocorrências registadas por Direcção Regional de Educação -2006/2007 e 2007/2008

DRE	2006/2007	%	Nº de ocorrências por 1000 alunos	2007/2008	%	Nº de ocorrências por 1000 alunos
Norte	884	25,0	1,36	1222	26,7	1,89
Centro	161	4,6	0,56	354	7,6	1,23
Lisboa e Vale do Tejo	1989	56,3	3,38	2582	56,2	4,39
Alentejo	175	5,0	2,26	171	3,8	2,21
Algarve	303	8,6	4,26	253	5,5	3,56
Total	3533	100	2.11	4582	100	2,7

Quadro II. Ocorrências registadas por escola no ano lectivo 2007/2008

Número de Ocorrências	2006/2007	%	2007/2008	%	Var.(N)
0 ocorrências	11679	93,4	11373	90,9	-9,9
1 a 5 ocorrências	672	5,4	934	7,5	+38,9
6 a 10 ocorrências	74	0,6	109	0,8	+47,2
11 a 20 ocorrências	54	0,4	56	0,4	+3,7
21 a 50 ocorrências	20	0,2	34	0,3	+70
Mais de 50 ocorrências	11	0,08	4	0,03	-63,6
Total de escolas	12510	100	12510(*)	100	-6

Fonte: OSE/ME (*)Número total de escolas do ano 2006/2007

Quadro III. Ocorrências registadas por tipo de acção 2007/2008

Tipos de Ocorrências	2007/2008	%
Actos contra a liberdade e integridade física das pessoas	1835	40,0
Actos contra os bens e equipamentos pessoais	711	15,5
Actos contra os bens e equipamentos escolares	1078	23,5
Actos contra a liberdade e autodeterminação sexual	63	1,4
Actos contra a honra e o bom nome das pessoas	529	11,5
Estupefacientes e substâncias psicotrópicas	49	1,1
Armas	79	1,9
Controlo e proibição de entradas e saídas	92	2,0
Outros	146	3,1
Total	4582	100

Fonte: OSE/ME